



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
<div>0,78% São Paulo</div> <div>1% Nova York</div>	<div>111.439</div> <div>112.041</div> <div>17/118/119/120/1</div>	<div>R\$ 5,207</div> <div>(+ 0,72%)</div> <div>16/janeiro5,149 17/janeiro5,100 18/janeiro5,163 19/janeiro5,170</div>	<div>R\$ 1.302</div>	<div>R\$ 5,654</div>	<div>13,65%</div>	<div>13,66%</div>	<div>Agosto/2022-0,36 Setembro/2022-0,29 Outubro/20220,59 Novembro/20220,41 Dezembro/20220,62</div>

CONJUNTURA

Concorrência acirrada pela reforma tributária

Pacheco defende que revisão dos impostos tenha por base a PEC 110, que está em tramitação no Senado, enquanto Lira propõe que o ponto de partida seja a PEC 45, na Câmara. Quem ganhar a disputa, aumenta o cacife junto ao Palácio do Planalto

» VICTOR CORREIA

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), travam uma acirrada disputa pelo pontapé inicial na reforma tributária. A concorrência, segundo membros do alto escalão do governo federal, é para definir por onde começa a revisão nos impostos — se pelo modelo dual de simplificação de tributos, previsto pela PEC 110, em tramitação no Senado Federal, ou se pela PEC 45, da Câmara, que propõe a criação de um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A ideia do governo, porém, é fazer um “mix” das propostas, juntando as duas. Lira defende que o texto inicial seja o da PEC 45, de autoria do deputado federal e presidente nacional do MDB, Baleia Rossi (SP). Só que a tese mais aceita é que a base seja a da PEC 110.

Candidatos à reeleição nas respectivas Casas Legislativas, Pacheco e Lira disputam o pontapé inicial na PEC por uma questão de posicionamento junto ao Palácio do Planalto. Afinal, seja por onde começar, o presidente praticamente “apadrinha” a reforma e aumenta o cacife nas negociações com o governo.

“Tenho a impressão que a opção é pela PEC 110. É mais rápido e seguro o Senado ser a instância revisora. Você faz a proposta e, se ela tiver que voltar após alterações na Câmara, aprecia. Na minha experiência parlamentar, de mais de 30 anos, isso é o mais adequado”, disse o ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly, um dos autores da PEC. Para ele, a discussão está madura no Parlamento e “faltava o governo”.

O mesmo entendimento é ecoado pelo governo. “O fato é que, na Câmara, vai demorar mais”, disse um integrante da Esplanada. A urgência da medida ficou ainda mais ressaltada

Jefferson Rudy/Agência Senado



Pacheco e Lira disputam para ver quem será o “padrinho” da revisão de impostos. Mas a tendência é que comece a tramitar pelo Senado

durante a semana, depois de Haddad dizer, no Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), que quer a reforma pronta até abril. O prazo é considerado entre “apertado” e “impossível” por especialistas, mas, para parlamentares, trata-se de tempo suficiente.

A articulação pela reforma está em andamento, de olho no retorno das atividades do Legislativo, em 1º de fevereiro. O secretário especial para a reforma tributária, Bernard Appy, reuniu-se com Baleia Rossi, com o relator da PEC 110, senador Roberto Rocha (PTB-MA), com o relator da PEC 45, deputado Aguinaldo

Ribeiro (PP-AL) e com secretários de Fazenda dos estados.

Duas reformas

O governo definiu, ainda, que serão duas reformas tributárias. No primeiro semestre, as mudanças atingirão os tributos que incidem sobre o consumo. No segundo, o alvo é o Imposto de Renda de Pessoa Física, quando a Fazenda tentará reajustar a tabela do IRPF.

Para a economista e professora de Política Fiscal da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Carla Beni, as propostas estão tecnicamente maduras, mas o problema é no campo político. “Vai começar a

se mapear como será desenhada a frente ampla. As diferenças de impressões e de ideologia serão postas na mesa. Não vai ter uma unidade”, acredita.

Outro ponto ressaltado por Haddad em Davos é que a reforma será “neutra”, sem aumento da carga tributária. A expectativa, porém, é que o peso do ajuste recaia sobre o comércio. Na quinta-feira, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) criticou ao afirmar que o governo está fazendo uma reforma voltada para as indústrias.

“Estamos falando de quase 65% do PIB (Produto Interno Bruto). Lógico que vão tributar

os serviços. E não é preciso criar uma alíquota maior. Qualquer incremento baixo é uma quantidade absurda de arrecadação”, diz o economista e advogado Alessandro Azzoni.

Para ele, a reforma da forma como está desenhada não deve alterar significativamente a carga de tributos. Também crê que terá efeito limitado em um cenário de gastos públicos elevados.

“Acho que a primeira coisa que o governo deveria fazer é mostrar essa âncora fiscal, dando estabilidade. Depois, faz a reforma administrativa com equacionamento do tamanho do Estado”, apontou.

Helio Montferre/Ipea



Luciana é a terceira mulher na presidência a instituição

Comando do Ipea é feminino

» ROSANA HESSEL

Servidora de carreira no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Luciana Mendes Santos Servo é a nova presidente da autarquia. A ministra do Planejamento e Orçamento (MPO), Simone Tebet, bateu o martelo sobre o nome da economista ontem.

Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestra pela Universidade de São Paulo (USP), Luciana é a terceira mulher a comandar o órgão — a primeira foi Aspásia Camargo, entre 1993 e 1995, e a segunda, Vanessa Petrelli Corrêa, presidente interina em 2012. É, também, a primeira negra no comando da instituição, criada em 1964.

Em entrevista ao **Correio**, nesta semana, Tebet adiantou que estava analisando currículos e buscava uma mulher para comandar o Ipea ou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que ficam submetidos à pasta comandada pela senadora licenciada.

“O nosso ministério alcançou a paridade, nos institutos a mesma coisa. Entre outras coisas, Luciana tem mestrado e doutorado. Não foi chamada por mim por ser mulher, foi chamada pela competência dela. Ela é especializada na área de saúde, que é o grande gargalo pós-pandemia, afirmou Tebet.

Funcionária do Ipea desde 1998, Luciana é coautora de relatórios do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, de um estudo sobre a demanda e a oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida no contexto da pandemia de covid-19 e de um trabalho sobre os recursos destinados aos municípios para a atenção primária à saúde.

“A diversidade no Ipea é imensa, com várias áreas e capacidades que permitem aportar esse conhecimento para o planejamento e a avaliação de políticas públicas”, explicou Luciana.

Busca de apoio junto ao agro

Na articulação para a aprovação da primeira etapa da reforma tributária, o Ministério da Fazenda mapeou as resistências à proposta no Congresso. E identificou o setor do agronegócio como um dos principais focos de oposição às mudanças nos impostos que incidem sobre bens e serviços.

A avaliação é de que essa resistência seria ainda maior do que a feita pelo setor de serviços, que há anos vem liderando uma frente contrária à aprovação da reforma no Congresso e defendendo a tese de criação de uma nova CPMF — rejeitada pela equipe atual.

A equipe econômica aposta em “diálogo transparente” e em material informativo para derrubar “mitos” que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva considera que foram sendo construídos nos últimos anos para impedir o avanço da criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

O ministro da Economia, Fernando Haddad, conversou com o ministro-chefe da Secretaria de



Muitas vezes se dissemina uma imagem de que o setor é menos taxado em relação a outros setores da economia, como comércio e indústria. Quando nós vemos como um todo a cadeia, vemos que a elevada taxaçaõ que existe no Brasil também atinge o setor agro”

Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), diretor da Frente Parlamentar do Agronegócio

Comunicação (Secom) da Presidência da República, Paulo Pimenta, para afinar a comunicação da reforma tributária. Para ele, se a mensagem for passada de forma correta para os setores da sociedade, isso será central na estratégia de política econômica para o crescimento.

Segundo o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), diretor da Frente Parlamentar do Agronegócio — e que será o vice-presidente da instituição —, o setor tem participado ativamente no Congresso dos debates em torno da reforma tributária, tanto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110 quanto da 45. A primeira cria a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), unindo PIS e Cofins, e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), unindo ICMS e ISS. Já a 45 substitui cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um Imposto sobre Bens e Serviços e um Imposto Seletivo sobre cigarros e bebidas alcoólicas.

Alan Rones/Agência Câmara



Jardim é um dos interlocutores do agro na negociação da reforma

Ele diz que a FPA pleiteia que o setor seja contemplado “na amplitude da sua cadeia”. “Muitas vezes se dissemina uma imagem de que o setor é menos taxado em relação a outros setores da economia, como comércio e indústria. Quando nós vemos como um todo a cadeia, vemos que a elevada taxaçaõ que existe no

Brasil também atinge o setor do agronegócio”, salienta.

Já a Confederação Nacional do Agronegócio avalia que nos projetos que tramitam no Congresso, o “aumento da carga tributária recai nos insumos, nas vendas dos produtos agropecuários e, também, na cobrança do Imposto de Renda da atividade rural”.